

Uma história de fracasso ou sucesso? A participação de Antônio Fialho de Vargas e sua empresa no processo de colonização privada (Vale do Taquari/RS, segunda metade do século XIX)¹

A story of failure or success? The participation of Antônio Fialho de Vargas and his company in the process of private colonization (Taquari's Valley/RS, second half of the 19th century)

Júlia Leite Gregory

 <https://orcid.org/0000-0001-8955-7822>
Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Resumo: O objetivo do presente artigo é explorar o universo da colonização particular desenvolvida na província do Rio Grande do Sul a partir da análise da trajetória de Antônio Fialho de Vargas, gerente da empresa Batista Fialho & Cia. Esta tinha como sócios, além de Antônio, o irmão dele, Manoel Fialho de Vargas Filho e seu padrinho, João Batista Soares da Silveira e Souza. Embora a sociedade tenha existido por apenas oito anos, Antônio ficou envolvido no comércio de lotes coloniais para imigrantes e descendentes durante quarenta anos. Acompanhando o nome do indivíduo em registros paroquiais, inventários *post-mortem*, escrituras públicas, correspondências e jornais, foi possível reconstruir os contextos nos quais o mesmo estava inserido e entender as estratégias por ele utilizadas. Por fim, constata-se que o empresário que desejasse investir na colonização privada em meados do século XIX, deveria possuir uma variedade de investimentos e redes sociais capazes de garantir apoio político. O mercado da terra era um negócio lucrativo somente a longo prazo, sendo necessário aplicações em atividades econômicas de retorno mais dinâmico.

Palavras-chave: Antônio Fialho de Vargas. Empresas de colonização. Colonização privada. Mercado de terras. Imigração europeia.

Abstract: The purpose of this article is to explore the universe of private colonization developed in the province of Rio Grande do Sul based on the analysis of the trajectory of Antônio Fialho de Vargas, manager of the company Batista Fialho & Cia. This one had as partners, besides Antônio, his brother, Manoel Fialho de Vargas Filho and his godfather, João Batista Soares da Silveira e Souza. Although this functioned for only eight years, Antônio was involved in the trade of colonial lots for immigrants and descendants for forty years. Following the individual's name in parish records, *post-mortem* inventories, notarial deeds, correspondence and newspapers, it was possible to reconstruct the contexts in which he was inserted and understand the strategies used by him. Finally, it appears that the entrepreneur who wished to invest in private colonization in the mid-19th century, should have a variety of investments and social networks capable of guaranteeing political support. The land market was a profitable business only in the long term, requiring applications in more dynamic economic return activities.

Keywords: Antônio Fialho de Vargas. Colonization companies. Private colonization. Land Market. European immigration.

Introdução

Entre o início do século XIX e as primeiras décadas do século XX, estima-se que a América recebeu entre 42 e 60 milhões de imigrantes europeus (LANZA; LAMOUNIER, 2015). Esse



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

¹ Este artigo apresenta alguns resultados defendidos em dissertação de mestrado concluída em 2019. A pesquisa foi realizada com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

processo provocou diversas transformações no território americano, tanto em termos espaciais como sociais e econômicos. No Brasil, a imigração foi entendida como solução para resolver questões que impediam o Império de ser moderno e capitalista, como a Europa. O latifúndio, a escravidão (que estava com os dias contados), a baixa produção de alimentos para abastecer a população e o despovoamento de algumas regiões eram problemas sempre presentes nas discussões parlamentares ao longo do oitocentos (ZARTH, 2002). Embora sofresse críticas, o projeto de imigração e colonização de europeus foi apresentado como processo civilizatório e uma forma mais racional de ocupação das terras devolutas (SEYFERTH, 2002). O pressuposto da superioridade branca estava implícito no plano, ainda que fosse menos evidente nas leis e decretos relativos ao assunto (SEYFERTH, 2002).

Na província de São Pedro do Rio Grande do Sul, extremo sul do Brasil, os imigrantes se estabeleceram a partir de 1824, sendo que a maioria foi instalada em pequenas propriedades rurais voltadas à agricultura desenvolvida com mão de obra familiar. Os lugares para os quais os grupos eram encaminhados foram chamados de colônias, que podiam ser administradas tanto pela iniciativa pública como privada. De acordo com o aumento demográfico das colônias, estas se expandiam para territórios adjacentes ou as famílias se dirigiam para outros núcleos, menos populosos, que possibilitavam a compra de propriedades maiores. O aumento da demanda por terra fez crescer o número de empresas privadas interessadas em investir no negócio da colonização, ainda mais em um período de valorização fundiária como foi o século XIX. Mas, como ocorriam os empreendimentos coloniais? Por que empresários decidiam aplicar capital nessa atividade? Era um bom negócio? Quem eram os negociantes atraídos por esse tipo de investimento?

Estas perguntas podem gerar múltiplas respostas, dependendo dos lugares e sujeitos aos quais forem direcionadas, no entanto, quando a escala de análise é reduzida, é possível visualizar aspectos do processo geral que não poderiam ser detectados em uma escala mais ampla (LEVI, 2016). As pesquisas sobre a colonização privada no Rio Grande do Sul oitocentista começaram a aparecer mais recentemente², demonstrando que “[...] cada colônia particular é um micro-espaço complexo e singular, resultado de uma negociação entre o(s) seu(s) proprietário(s)/idealizador(es), os colonos, os *lavradores nacionais*, os proprietários adjacentes, o poder público, e das contingências macro-históricas” (NEUMANN, 2009, p. 575, grifo original). Antes do surgimento dessas pesquisas, tínhamos poucas informações sobre os núcleos coloniais privados³, que geralmente eram descritos de maneira homogênea, como negócios lucrativos a priori. Não se levava em consideração quem eram os empresários, como estavam constituídas suas redes de relações e quais eram as estratégias econômicas empregadas.

Sendo assim, o objetivo do presente artigo é explorar o universo da colonização particular desenvolvida na província do Rio Grande do Sul a partir da análise da trajetória de Antônio Fialho de Vargas, gerente da empresa Batista Fialho & Cia. Esta funcionou durante apenas oito anos, tendo como principais realizações a fundação da Colônia Conventos em 1855, no município de Taquari, e o financiamento do deslocamento de famílias de origem germânica da Europa até o estabelecimento na colônia mencionada. Contudo, Fialho de Vargas ficou envolvido no comércio de lotes de terras para imigrantes e descendentes durante quarenta anos.

Antecedentes

² Alguns exemplos são: Gregory (2019), Bosenbecker (2011), Neumann (2009), Martirén (2017), Schaeffer (2020).

³ O baixo número de pesquisas sobre colônias privadas provavelmente está relacionado ao fato de que é mais difícil encontrar informações sobre elas nas fontes. As colônias públicas, administradas pelo Império ou província, produziram uma maior quantidade de documentos e também de uma maneira mais regular, tendo em vista que os governos procuravam estar atentos ao que ocorria nos espaços coloniais e aos rendimentos de cada um. Além disso, a documentação gerada pelos administradores públicos tinha mais probabilidade de ficar armazenada nos arquivos centralizados, uma vez que a salvaguarda dos documentos produzidos por empresas privadas ficava à mercê do interesse dos indivíduos vinculados a estas.

Antônio Fialho de Vargas nasceu em 1818, na Freguesia de Nossa Senhora da Aldeia dos Anjos (Livro de Batismos nº 4 (1811-1823). Gravataí, Freguesia Nossa Senhora dos Anjos, Comarca de Porto Alegre, p. 171⁴), município de Porto Alegre e faleceu em 1895, na cidade de Taquari (Livro de Óbitos nº 6. Taquary, Paróquia São José de Taquary, p. 37v.)⁵. Seu pai, Manoel, era imigrante açoriano, da Ilha do Faial, assim como os avós paternos e maternos. A mãe, Maria Inácia, já nasceu no Brasil. Antônio teve oito irmãos (Inventário *post-mortem*. 1866. Inventariado: Manoel Fialho de Vargas. Acervo do Poder Judiciário, Comarca de Porto Alegre, Cartório de Órfãos e Ausentes, nº 330)⁶, os quais exerceram diversas profissões e residiram em lugares diferentes, como Porto Alegre, São Leopoldo, Vacaria e Taquari. Os familiares mantinham relações nos negócios, sendo Antônio sócio de seu irmão, Manoel Filho, na empresa de colonização Batista Fialho & Cia.

Manoel Fialho de Vargas Filho (1825-1863) (Livro de Batismos nº 5 (1823-1832). Gravataí, Freguesia Nossa Senhora dos Anjos, Comarca de Porto Alegre, p. 50v.)⁷ residia no centro de Porto Alegre, em uma das ruas mais ativas da capital, a Rua da Igreja, e a leitura de seu inventário permite visualizar o envolvimento em uma variedade de investimentos, como propriedades urbanas e rurais, localizadas em diferentes locais, ações e atividades empresariais em geral que lhe permitiram acumular uma fortuna estimada em 15 mil libras (Inventário *post-mortem*. 1875. Inventariado: Manoel Fialho de Vargas Filho. Acervo do Poder Judiciário, Comarca de Porto Alegre, Cartório de Órfãos e Ausentes, nº 289. APERS). Analisar os negócios de Manoel é fundamental para entender algumas características da sociedade que ele viria a firmar com o irmão Antônio, em 1855.

Antes de criar a empresa de colonização, uma das principais atividades de Manoel era a arrematação de licitações para a construção de obras públicas em Porto Alegre e áreas próximas, como indica a documentação (Processo judicial de embargo. 1862. Suplicantes: Manoel Fialho de Vargas Filho e João Baptista Soares da Silveira e Souza. Suplicada: Associação Theatral Rio Grandense. Acervo do Poder Judiciário, Comarca de Porto Alegre, nº 2829, m.116, e. 1. APERS; BELLO, Luiz Alves Leite de Oliveira. Relatório do vice-presidente da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, Luiz Alves Leite de Oliveira Bello, na abertura da Assembléa Legislativa Provincial. 1º de outubro de 1852. Porto Alegre, Typ. Do Mercantil, p. 25⁸; BUENO, José Antonio Pimenta. Relatório do presidente da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, o conselheiro José Antonio Pimenta Bueno, na abertura da Assembléa Legislativa Provincial no 1º de outubro de 1850; acompanhado do orçamento da receita e despeza para o anno de 1851. 1850. Porto Alegre: Typographia de F. Pomatelli, p. 38⁹; MURITIBA, Barão de. Relatório do presidente da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, barão de Muritiba, na abertura da Assembléa Legislativa Provincial. 1º de outubro de 1855. Porto Alegre, Typ. Do Mercantil, p. 26¹⁰).

Nesse ramo, atuava em conjunto com o padrinho, João Batista Soares da Silveira e Souza, na empresa chamada Batista & Fialho. Esta foi responsável pela construção do Teatro São Pedro, Casa de Correção, Sociedade Bailante, prédio da Assembleia Provincial, ponte do Riacho (ponte de pedra sobre o Arroio Dilúvio, no Largo dos Açorianos), abertura da Doca (possivelmente um porto no Lago Guaíba) e aterro do Mercado Público, em Porto Alegre; duas pontes e a Igreja Matriz da freguesia de Nossa Senhora da Aldeia dos Anjos; uma ponte no município de Santo Antônio da Patrulha; uma estrada na serra do Mundo Novo (atual município de Taquara) (DUARTE, 2002).

João Batista era padrinho de Manoel e também havia emigrado dos Açores, da Ilha de São

⁴ Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-HV9Q-L2?i=298&cc=2177295&cat=399613>. Acesso em 20 dez. 2017.

⁵ Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-HK8Y-9?i=41&wc=M78N-2M3%3A371592701%2C371569002%2C371814601&cc=2177295&cat=402433>. Acesso em: 05/09/2018.

⁶ Acervo disponível no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS).

⁷ Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-HV9S-CP?i=526&cc=2177295&cat=399613>. Acesso em: 09/08/2018.

⁸ Disponível em: www-apps.crl.edu. Acesso em: 02 jan. 2019.

⁹ Disponível em: www-apps.crl.edu. Acesso em: 02 jan. 2019.

¹⁰ Disponível em: www-apps.crl.edu. Acesso em 02 jan. 2019.

Jorge, quando tinha doze anos, em 1813 (DUARTE, 2002). Também residia na Aldeia dos Anjos, sendo vizinho e amigo da família Fialho de Vargas (Habilitação matrimonial. 1844. João Batista Soares da Silveira e Souza e Ana Joaquina de Jesus. Nº 32, caixa 228. Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre (AHCMPA)). O afilhado seguiu a profissão do padrinho, tendo em vista a participação de João Batista na construção de obras públicas desde a década de 1840.

Manoel e João Batista, além de possuírem parentesco espiritual e de serem sócios na empresa Batista & Fialho, tiveram cargos políticos. Este foi vereador em Porto Alegre (1853-1856), Juiz de Paz na Freguesia da Aldeia dos Anjos e Irmão da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre (DUARTE, 2002). Aquele foi deputado na Assembleia Provincial, eleito em 1862 (NOTÍCIAS do interior. *Correio Mercantil*. Rio de Janeiro, n. 73, 15 mar. 1862). Como faleceu um ano depois, não teve uma longa trajetória na política. Os dois também eram proprietários de inúmeros prédios urbanos na capital, além das propriedades rurais, utilizados para render aluguéis. Sendo assim, ambos já tinham alguma experiência com o mercado imobiliário e uma estreita relação com o governo da província, uma vez que é possível depreender certa reciprocidade entre eles. Por um lado, há o serviço prestado pela empresa Batista & Fialho ao governo provincial quando da realização das diversas obras públicas, a disponibilização de casas aos enfermos vítimas da epidemia de cólera¹¹ e a contribuição financeira para as despesas com a Guerra do Paraguai¹². Por outro, vemos João Batista sendo condecorado com um título honorífico¹³ e Manoel com o cargo de Coronel da Guarda Nacional.

Ressalta-se a proximidade com o governo da província tendo em vista que isso pode ter sido um dos fatores a levar os empresários a investirem na instalação de imigrantes europeus, juntamente com Antônio Fialho de Vargas. Considerando que o governo era o responsável pelo processo de colonização no período, os sócios, portanto, tinham acesso a informações privilegiadas sobre o negócio, na medida em que possuíam vínculos de reciprocidade com o mesmo. Contudo, também é possível visualizar outros estímulos para o novo investimento. A própria atividade da empresa Batista & Fialho, a arrematação de licitações de obras públicas, indica uma possibilidade. Estradas, pontes e igrejas se fizeram cada vez mais necessárias com o aumento da população da província e o processo de modernização pelo qual a mesma estava passando. Nos núcleos coloniais que iam se formando, construções como essas eram fundamentais para o desenvolvimento socioeconômico local, uma vez que proporcionavam a exportação dos gêneros alimentícios produzidos. Assim que uma colônia era criada, os habitantes do lugar ou os próprios empresários logo reivindicavam obras de infraestrutura, seja para melhorar as condições de vida da população ou dar continuidade ao projeto da empresa, preparando o lugar para o recebimento de um maior número de famílias. Por conseguinte, investir no estabelecimento de uma colônia criaria ainda mais demanda por obras públicas, além de ser uma maneira de diversificar as aplicações, estratégia comum entre os empresários oitocentistas¹⁴. Sendo assim, tudo indica que

¹¹ Em 1867, João Batista pôs à disposição do governo todos os prédios urbanos que possuía na capital para auxiliar na epidemia de cólera. MELLO, Francisco Ignacio Marcondes Homem de Mello. Falla dirigida á Assembléa Legislativa da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul pelo presidente, dr. Francisco Ignacio Marcondes Homem de Mello, em a segunda sessão da 12ª legislatura. 1867. Porto Alegre, Typ. do Rio-Grandense, p. 31. Disponível em: www-apps.crl.edu. Acesso em: 02/01/2019.

¹² João Batista doou um conto de réis para ajudar nas despesas com a guerra. INTERIOR, Notícias do Sul. *Correio Mercantil*, Rio de Janeiro, ano 24, n. 205, p. 2, 26 jul. 1867. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=217280&pesq=jo%C3%A3o%20batista%20soares%20da%20silveira&pasta=ano%20186>. Acesso em: 20 set. 2018.

¹³ João Batista recebeu o título de Comendador da Ordem da Rosa. CAMPANHA do Paraguay. *Almanak*, Rio de Janeiro, ano 26, p. 1324, 1869. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=313394x&pesq=jo%C3%A3o%20batista%20soares%20da%20silveira&pasta=ano%20186>. Acesso em: 18 set. 2018.

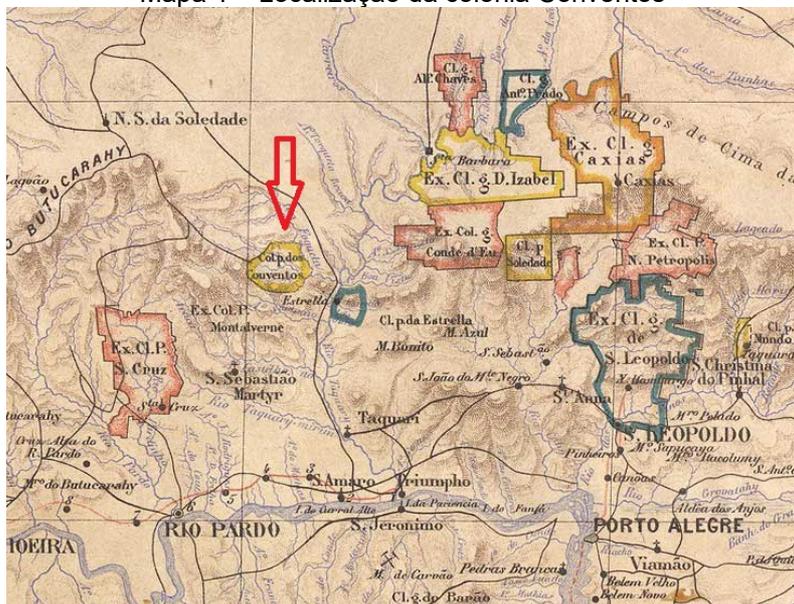
¹⁴ Para um exemplo brasileiro, ver: FRAGOSO, João Luís Ribeiro; RIOS, Ana Maria Lugão. Um empresário brasileiro nos oitocentos. In: CASTRO, Hebe Maria Mattos de Castro *et al* (Org.). *Resgate: uma janela para o oitocentos*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1995, p. 197-224. A diversificação de investimentos também foi uma estratégia utilizada por empresários que atuaram na colonização privada da província de Santa Fé (Argentina). MARTIRÉN, Juan Luis. *Lógica de planeamiento y*

Manoel e João Batista, junto com Antônio, criaram a colônia Conventos, em Taquari, para potencializar os negócios que já estavam acostumados a realizar¹⁵ e variar os investimentos.

Investir na colonização

A colônia Conventos foi fundada em 1855, no município de Taquari, freguesia de Santo Amaro, distante cerca de cem quilômetros de Porto Alegre. A empresa responsável por ela era a Batista Fialho & Cia., formada por Manoel, João Batista e Antônio. Os sócios adquiriram duas fazendas¹⁶, localizadas na margem direita do rio Taquari, e as transformaram em inúmeros lotes coloniais. A escolha do lugar pode estar relacionada com a informação transmitida pela Câmara de Vereadores de Taquari ao governo da província, que indicava as fazendas Conventos e Carneiros como um bom local para instalar uma colônia¹⁷. Tendo em vista a proximidade de João Batista e Manoel com o governo provincial, é provável que os mesmos também tivessem acesso a essas notícias¹⁸.

Mapa 1 – Localização da colônia Conventos



Fonte: Adaptado pela autora a partir de: JACQUES, João Candido. *Carta geographica do estado federal do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, RS: Joaquim Alves Leite, 1891. 1 mapa, 70 x 80cm. Escala 1:1.545.925.¹⁹

Além disso, na década de 1850, o excedente populacional das regiões coloniais mais antigas, como as do Vale do Rio Caf e Vale do Rio dos Sinos, estavam se direcionando para o Vale do Rio Taquari. As migrações internas ocorriam por vários motivos, sendo os principais deles o esgotamento do solo provocado pela agricultura intensiva dos imigrantes e o aumento populacional. Conforme as famílias cresciam e os filhos continuavam com a profissão agrícola dos pais, era

mercado imobiliário em las colonias agrícolas de la provincia de Santa Fe. Los casos de Esperanza y San Carlos (1856-1875). *Quinto Sol*, v. 16, n 1, 2012, p. 1-26.

¹⁵ Esta afirmação será desenvolvida mais adiante.

¹⁶ As fazendas foram adquiridas da empresa Claussen e Companhia. Auto de Medição. 1872. Antonio Fialho de Vargas. Nº 390. Taquari. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRs).

¹⁷ O governo provincial estava interessado em instalar uma colônia em Taquari, por isso solicitou à câmara municipal que informasse onde havia terras devolutas. Estas, comunicaram os vereadores, eram de difícil acesso, recomendando ao governo a compra das referidas fazendas, algo que não ocorreu. Correspondência da Câmara Municipal. 13 de junho de 1852. Autoridades Municipais. Taquari, Maço 277, caixa 151. AHRs.

¹⁸ As correspondências enviadas pelas câmaras municipais ao governo provincial não eram documentos disponíveis à população, ficavam restritos às autoridades. Nesse sentido, acreditamos que os empresários tivessem acesso às informações contidas em tais correspondências e que ganhavam repercussão e não nos documentos em si. Como viviam na capital e em contato direto com a administração, sabiam das notícias que circulavam por ali.

¹⁹ Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart530286/cart530286.jpg. Acesso em: 04 nov. 2018.

necessário comprar áreas maiores, que não estavam mais disponíveis nas colônias antigas. Assim, a família vendia a propriedade e migrava para novas frentes de ocupação ou somente alguns filhos se deslocavam (ROCHE, 1969). Isso garantia a reprodução social do grupo, uma vez que, garantindo mais terras, poderiam continuar desenvolvendo as atividades de costume.

Deste modo, na década de 1850, para quem estivesse interessado em investir na colonização, era uma boa oportunidade atentar-se para as propriedades do município de Taquari, pois lá havia demanda por terra. Não era à toa que a maioria dos clientes da Batista Fialho & Cia. era oriunda de São Leopoldo²⁰, a primeira colônia do Rio Grande do Sul. No entanto, três anos após a fundação de Conventos, em 1858, os empresários ousaram e decidiram realizar o deslocamento de famílias diretamente da Europa²¹. Foram contratados cerca de setenta imigrantes alemães, que saíram do porto de Hamburgo ajustados por Frederico Schmidt²², possivelmente um sujeito que atuava como intermediário em uma rede de mediadores responsáveis por atrair imigrantes para se deslocarem ao Brasil.

Schmidt havia sido encarregado por Manoel Fialho de Vargas Filho de executar o trabalho, o que aponta para uma possível divisão de tarefas entre os sócios da empresa. Localizamos João Batista encaminhando os relatórios referentes à situação de Conventos para o governo da província, enquanto Antônio era o gerente da empresa e da colônia, residindo no local e informando João Batista sobre as condições da mesma. Manoel, por sua vez, ficou responsável pela contratação dos imigrantes. Fazia sentido deixar Antônio se deslocar para Taquari e dirigir o negócio, tendo em vista que os demais sócios já se ocupavam com outras atividades na capital. Analisando a situação mais atentamente, podemos concluir que a aplicação realizada por João Batista e Manoel na criação da colônia pode ter sido uma maneira de auxiliar Antônio, membro da família, a dar início ao negócio, além de diversificar os investimentos. Embora Antônio fosse proprietário de metade da empresa, o capital dispendido e o papel cumprido pelos parceiros foi fundamental para concretizar o projeto.

Logo após a fundação de Conventos, os empresários trataram de solicitar ao governo da província, mais de uma vez, a construção de uma estrada, três pontes e cinco estivas (Correspondência enviada ao presidente da província em 27 de setembro de 1859, Porto Alegre. Observações feitas no mapa geral da colônia dos Conventos em 15 de maio de 1862, Porto Alegre. Colônias. Colônia dos Conventos, caixa 31, maço 57. AHRS), tendo em vista que o rio Taquari possuía onze cachoeiras que impediam a navegação em determinadas épocas do ano. Isso prejudicava o escoamento da produção dos colonos, que às vezes não podiam mandar os gêneros ao mercado por falta de via terrestre. As obras levaram alguns anos para serem construídas e a Batista Fialho & Cia. não realizou nenhuma delas. A justificativa do governo provincial para adiar as construções foi a incipiente população do local ainda no final da década de 1850. Tendo em vista a recente fundação de Conventos, as autoridades consideraram não serem necessárias as obras naquele momento (FERRAZ, Angelo Moniz da Silva. Documentos anexos ao relatório do presidente da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, Angelo Moniz da Silva Ferraz, apresentado a Assembléa Legislativa Provincial na 1ª sessão da 8ª legislatura. 1858. Porto Alegre, Typ. do Correio do Sul, p. 102²³). A estratégia dos empresários estava acertada, afinal, a edificação das estruturas

²⁰ De acordo com a documentação disponível no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul sobre a colônia. Colônia dos Conventos. Colônias, caixa 31, maço 57. AHRS.

²¹ Provavelmente este já era um projeto idealizado pelos sócios quando compraram as fazendas para fundar a colônia.

²² Por esse ocorrido, a Batista Fialho & Cia foi acusada de fraudar o prêmio garantido pela província aos particulares que trouxessem colonos europeus. FERRAZ, Angelo Moniz da Silva. Relatório com que o Exm. Sr. conselheiro Angelo Moniz da Silva Ferraz, entregou a presidência da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, ao 2º vice-presidente o Exm. Sr. commendador Patricio Corrêa da Camara, no dia 22 de abril e este ao Exm. Sr. conselheiro Joaquim Antão Fernandes Leão. 4 de maio de 1859. Typ. do Correio do Sul, Porto Alegre. Disponível em: www-apps.crl.edu. Acesso em: 02 jan. 2019. Para mais informações sobre as tensões ocorridas entre governo provincial e empresas de colonização, ver Gregory (2019, p. 86-97).

²³ Disponível em: www-apps.crl.edu. Acesso em: 02 jan. 2019.

era inevitável, contudo, não seria algo imediato. Além disso, o empreendimento custaria caro, em torno de 50 contos de réis, de acordo com o orçamento da província. Talvez isso também tenha sido motivo para postergar o projeto. Na região do Vale do Taquari, outros indivíduos também buscaram aliar o comércio de terras para imigrantes à arrematação de licitações de obras públicas, como Primórdio Centeno de Azambuja, responsável por construir uma ponte e uma estrada (SERTORIO, João. Relatório com que o excellentissimo Sr. Dr. João Sertorio, presidente d'esta província, passou a administração da mesma ao Ex. Sr. Dr. João Capistrano de Miranda e Castro, 1º vice-presidente. 20 de agosto de 1870. Porto Alegre, Typ. do Rio Grandense²⁴; MORAES, João Pedro Carvalho de. Falla dirigida á Assembléa Legislativa da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul pelo presidente Dr. João Pedro Carvalho de Moraes em primeira sessão da 16º legislatura. 1875. Porto Alegre, Typ. do Rio-Grandense²⁵). Isso aponta para uma estratégia comum entre os empresários da província.

Em 13 de abril de 1863, após oito anos de funcionamento, a Batista Fialho & Cia. encerrou as atividades em decorrência da inadimplência dos imigrantes contratados na Europa, de acordo com o prazo estipulado pela empresa para o pagamento. Os contratos firmados com as famílias indicavam que a empresa venderia o terreno e forneceria as sementes e os víveres necessários até a primeira colheita, além de uma quantia em dinheiro (sessenta mil réis para cada pessoa maior de 10 anos e trinta mil réis para cada menor de 1 a 10 anos). A família ficava obrigada a quitar a dívida (adiantamentos, fornecimentos e terreno) dentro de cinco anos (Cópia xerocada do contrato provisório do imigrante Johann Kaspar Richter. 1858. Arquivos Particulares. Arquivo Histórico de Lajeado.). Deste modo, o prazo se encerrava em 1863. Contudo, até este ano, os imigrantes somente haviam pago cerca de 10% do total da dívida, ou seja, a empresa ainda devia receber 21:726\$000 réis (vinte e um contos, setecentos e vinte e seis mil réis) (Escritura de dissolução de sociedade de Baptista, Fialho & Cia. 13/04/1863. Tabelionato de Porto Alegre. 2º Tabelionato. Transmissões/Notas, Livro 77, p. 35v. APERS).

A Batista Fialho & Cia. era proprietária de 157 colônias em Conventos. Destas, 9 e meia foram adquiridas pelas 18 famílias oriundas da Europa e 61 por colonos espontâneos. Das últimas, 23 ainda precisavam ser pagas. Tanto as terras que ainda não haviam sido vendidas como as dívidas que precisavam ser cobradas foram divididas entre os sócios quando da dissolução da sociedade. Embora os empresários tivessem se equivocado em relação ao prazo que ofereceram aos imigrantes europeus, não significa que o investimento tenha sido perdido, pois os colonos pagaram as dívidas a longo prazo e com juros. É possível confirmar essa afirmação a partir da leitura dos livros de Tabelionato da região, onde encontramos diversas escrituras de compra e venda de terras em que aparecem os pagamentos dos débitos²⁶. Um exemplo é a escritura de Philipp Carl Immich e Philipp Peter Eckhard, que saldaram a dívida após 10 anos (Tabelionato de Taquari. Freguesia de Santo Amaro, Transmissões/Notas, Livro 09, p. 68. APERS). Mesmo com dificuldade, os imigrantes realizavam o reembolso, até porque acabavam ficando dependentes dos empresários que administravam as colônias privadas e, portanto, obrigados a pagar o débito de alguma forma.

Indivíduos como Fialho de Vargas podiam oferecer algo que imigrantes agricultores necessitavam: crédito. Por possuir uma casa de negócios na colônia, o empresário dispunha de produtos importantes para o cotidiano da comunidade, a qual ficava em débito pelo fato de a circulação de moeda ser baixa em lugares afastados de centros urbanos, como Conventos. Deste modo, o crédito oferecido por Antônio limitava a liberdade da população local e estabelecia uma

²⁴ Disponível em: www-apps.crl.edu. Acesso em: 02 jan. 2019.

²⁵ Disponível em: www-apps.crl.edu. Acesso em: 02 jan. 2019.

²⁶ A escritura só era registrada quando ocorria a quitação da dívida.

relação de dívida e dependência²⁷. Na verdade, essa relação já iniciava quando da compra dos lotes coloniais, geralmente feita a prazo, bem como do oferecimento dos subsídios realizado pela Batista Fialho & Cia. A dívida podia ainda aumentar com o passar dos anos, sendo que os colonos tinham a possibilidade de pagá-la de diversas maneiras. Um exemplo é o caso de Fellippe Arend, que além de agricultor era marceneiro e foi contratado para construir a casa de Antônio Fialho de Vargas. Na percepção deste, o serviço foi uma maneira de abater a dívida de Arend, contraída com a empresa Batista Fialho & Cia. em 1858, embora o imigrante tenha acionado a justiça para realizar a cobrança (Processo judicial de Libelo Cível do Cartório Cível e Crime de Taquari nº 2771, m. 50, e. 102, 1874. Autor: Fellippe Arend. Réu: Antonio Fialho de Vargas. APERS.). Além disso, percebemos Antônio como um indivíduo capaz de conseguir melhorias para Conventos e resolver problemas cotidianos, tendo em vista sua posição de gerente e, por conseguinte, a possibilidade que o mesmo tinha de fazer solicitações ao governo provincial, como a construção de pontes e estradas. Nesse sentido, o empresário chegou a disponibilizar o oratório particular de sua casa para batismo de filhos de imigrantes quando ainda não havia uma paróquia no local (Livro de Batismos nº 9, Paróquia São José, Taquari, p. 219-222).

O dispêndio dos empresários com a instalação das famílias europeias também proporcionou que os mesmos e suas famílias continuassem participando do comércio de terras, pois a colônia criada se tornou atrativa para grupos oriundos de núcleos mais antigos. Estes migravam em busca de terras mais férteis, maiores e mais baratas, enquanto que os imigrantes que chegavam da Europa procuravam se instalar em colônias que existiam há mais tempo, que eram mais desenvolvidas e ofereciam melhor infraestrutura. A maioria das famílias que se estabeleceu em Conventos não migrou diretamente da Europa, mas do Vale do Rio dos Sinos e de Petrópolis, no Rio de Janeiro²⁸. Aqueles que conseguiam vender as primeiras terras adquiridas e se deslocar espontaneamente para a frente pioneira, como era Conventos, na segunda metade do século XIX, tinham mais condições de se subsidiar e pagar pela nova terra, mesmo a prazo²⁹. Era essa clientela que mais interessava às empresas de colonização, pois realizar o financiamento do transporte e garantir os adiantamentos necessários para que pessoas migrassem direto da Europa era muito mais custoso, ainda que necessário para intensificar a procura por terras, atraindo outros grupos.

Deste modo, embora os sócios possam ter considerado o negócio péssimo³⁰, o empreendimento garantiu a inserção dos mesmos no mercado da terra do Vale do Taquari, beneficiando inclusive seus familiares durante muitos anos. Além disso, como os empresários diversificavam as aplicações, não estavam dependentes somente do retorno financeiro da colônia Conventos, o que permitiu que dessem continuidade às atividades econômicas mesmo não obtendo os valores estimados dentro do prazo.

Diversificar para acumular

Após o encerramento da sociedade Batista Fialho & Cia., Conventos continuou recebendo imigrantes e o principal indivíduo responsável por vender lotes a eles era Antônio Fialho de Vargas. Este foi o único sócio da empresa a se deslocar para o local e, portanto, aquele que precisou empregar estratégias para inserir-se no novo espaço, pois, aparentemente, a família Fialho de

²⁷ De acordo com Witold Kula, são características de um mercado pré-industrial, em que não há livre concorrência e os preços não são regulados pelo mercado, mas resultados de transações isoladas. KULA, Witold. *Problemas y métodos de la historia económica*. Barcelona: Península, 1977, p. 459-466.

²⁸ Esta informação foi obtida a partir do estudo genealógico realizado por Richter e Schmidt, que a partir do mapa estatístico da Colônia Conventos de 1861 investigaram a origem das famílias que moravam na colônia naquele ano (RICHTER; SCHMIDT, 2018).

²⁹ As características da condição econômica dos moradores de Conventos foram discutidas em Gregory (2019, p. 112-122).

³⁰ Utilizaram essa expressão em uma correspondência. Correspondência ao Presidente da Província João Marcellino de Souza Gonzaga, enviada por João Baptista Soares da Silveira e Souza. 27 de dezembro de 1864. Colônias. Colônia dos Conventos. Caixa 31, Maço 57. AHRS.

Vargas não tinha ligação alguma com a região. Além disso, Antônio não era o único comerciante de terras de Taquari. Havia algumas famílias que já estavam fragmentando suas fazendas quando da chegada do empresário, como os Ribeiro e Azambuja. Faziam parte de uma elite local que compunha o aparelho burocrático imperial e utilizava as redes de relações pessoais para beneficiar os negócios. O embate entre as famílias locais e os empresários recém-chegados é perceptível nas fontes.

No mesmo ano da fundação de Conventos, a Batista Fialho & Cia. solicitou à Câmara Municipal de Taquari (Correspondência da Câmara Municipal. 30 de novembro de 1855. Autoridades Municipais. Taquari. Maço 277A, caixa 152. AHRS) a abertura de duas servidões públicas³¹, uma no porto particular das terras de Vitorino José Ribeiro e a outra na margem oposta do rio Taquari. Vitorino era Tenente Coronel da Guarda Nacional e proprietário da fazenda Estrela. Sua família tinha “[...] um grande poder nas esferas políticas e públicas, mostrando-se ser a mais bem relacionada no Vale do Taquari [...]” nas décadas de 1850 e 1860 (CHRISTILLINO, 2004, p. 225). Além disso, Vitorino também fundou uma colônia particular em suas terras no final da década de 1850, a colônia Estrela, sendo um grande comerciante de terras local. O pedido feito pela empresa foi negado com veemência pelos vereadores, que o interpretaram como uma atitude muito prejudicial ao Tenente Coronel. O objetivo da Batista Fialho & Cia. era melhorar o transporte fluvial de produtos e pessoas entre as duas margens do rio Taquari, tendo em vista que Conventos estava na margem direita e a fazenda Estrela na esquerda.

Alguns anos depois, a conexão entre as propriedades foi estabelecida por iniciativa da própria câmara, que passou a ver a comunicação entre as colônias como necessária (Correspondência da Câmara Municipal. 07 de julho de 1866. Autoridades Municipais. Taquari. Maço 278, caixa 152. AHRS. Correspondência da Câmara Municipal. 12 de junho de 1872. Autoridades Municipais. Taquari. Maço 279, caixa 150. AHRS). Ambos os proprietários concordaram com o projeto. Naquele período, Vitorino Ribeiro já havia morrido e quem administrava a propriedade eram a viúva Ana Emília Sampaio e os filhos. O ocorrido demonstra o poder, prestígio e influência que homens como Vitorino possuíam nas regiões em que atuavam, assim como as dificuldades de inserção enfrentadas por empresários recém-chegados, que poderiam representar concorrência na venda de lotes coloniais e prejudicar os negócios dos estabelecidos.

Para superar este tipo de obstáculo, Antônio aproximou-se das famílias influentes de Taquari. O que nos induz a concordar com esta afirmação são os casamentos realizados pelos filhos. Dos cinco filhos³² que casaram, quatro uniram-se em matrimônio a indivíduos que pertenciam à elite local. Eram descendentes de fazendeiros, detentores de postos da Guarda Nacional, vereadores, tabeliães e escrivães. Os sobrenomes eram Azambuja, Pereira e Vianna. Os vínculos estabelecidos entre as famílias contribuíram para os negócios de Antônio em torno da colonização, tendo em vista que a legitimação de posses era facilitada para aqueles que estivessem amparados por uma boa rede de relações pessoais (CHRISTILLINO, 2010). Além disso, as ligações familiares também proporcionaram a expansão das vendas de lotes coloniais, uma vez que os Fialho de Vargas e os Azambuja possuíam grandes propriedades confrontantes.

Os casamentos realizados pelos filhos de Antônio realçam a importância do capital relacional em uma sociedade em que as redes sociais constituem-se como patrimônio imaterial. De acordo com Beunza (2010), atentar para o capital relacional dos indivíduos e grupos é fundamental para entender a capacidade de ação dos mesmos. O capital relacional é entendido como o conjunto de relações úteis dos sujeitos, que podem proporcionar diferentes resultados, dependendo daquilo que se pretende alcançar, como riqueza, poder, influência social ou política. As relações úteis podem

³¹ A servidão pública é um mecanismo jurídico que converte uma propriedade privada em imóvel de utilidade pública, mediante indenização ao proprietário. A ideia da empresa era poder utilizar o porto particular de Vitorino livremente.

³² Antônio teve treze filhos no total. Antônio Fialho de Vargas Filho se casou com Josefina Centeno de Azambuja. José Fialho de Vargas se casou com Cândida Vianna de Oliveira. Justina Fialho de Vargas se casou com Américo de Azevedo Vianna e Joaquim Fialho de Vargas casou com Isaura Liberalina Pereira.

corresponder tanto a vínculos duradouros como aos mais ocasionais. A ligação estabelecida pelos Fialho de Vargas com as demais famílias representa um relacionamento que tinha capacidade para durar vários anos, pois o matrimônio era um evento familiar muito importante e que gerava frutos. Os netos certamente se beneficiariam com as conexões efetivadas pelos ascendentes.

A elite local de Taquari não era afortunada, mas rica em prestígio social e político (CHRISTILLINO, 2004). Antônio Fialho de Vargas, oriundo de Porto Alegre, possivelmente conhecia indivíduos detentores de um capital econômico mais elevado. Até mesmo seu irmão, Manoel, possuía uma fortuna de 15 mil libras, valor que ia além dos patrimônios encontrados para Taquari³³. Contudo, para Antônio, estar amparado por uma rede de relações que pudesse garantir privilégios era mais vantajoso do que ter vínculos com pessoas que tivessem apenas grandes fortunas. Portanto, concordamos com Beunza quando afirma que “[...] el poder efectivo no es el resultado automático de un estatus económico o institucional, sino de unas relaciones de influencia complejas [...]” (2010, p. 274). Sendo assim, a aproximação dos Fialho de Vargas com as famílias de Taquari beneficiou Antônio de duas maneiras. Por um lado, era um modo de garantir uma inserção mais efetiva no local, tendo em vista que a primeira solicitação da Batista Fialho & Cia. feita à Câmara Municipal foi negada com intensidade; por outro, assegurava a ampliação dos negócios coloniais. Com o passar dos anos, percebe-se que Antônio aumentou seu prestígio no município, chegando a ser vereador em dois mandatos e recebendo elogios e autorizações da câmara para comprar terras devolutas em benefício da colonização privada (Correspondência da Câmara Municipal. 13 de outubro de 1879. Autoridades Municipais. Taquari. Maço 280, caixa 150. AHRs). Por conseguinte, o ingresso na política garantiu ainda mais possibilidades para ampliar as extensões de terra³⁴.

Entretanto, para que o negócio com o comércio de terras funcionasse, não bastava ter apoio político, também era necessário investir, ao mesmo tempo, em outras atividades econômicas, que assegurassem retornos mais dinâmicos. Analisando a trajetória de Antônio, é possível identificar que a diversificação de aplicações foi uma estratégia utilizada por ele, pois além de adquirir propriedades para assentar imigrantes, adquiria áreas que proporcionavam a extração e venda de madeiras. Essa era uma das principais atividades do município de Taquari durante todo o século XIX, devido à abundância em pinheiros de araucária. Alguns indivíduos possuíam engenhos de serrar em suas propriedades, utilizados para preparar a madeira para o comércio (Correspondência da Câmara Municipal. 24 de setembro de 1858. Autoridades Municipais. Taquari, maço 277A, caixa 152. AHRs). Antônio era um deles e, em dois momentos, firmou sociedade com indivíduos para extrair e vender madeiras³⁵. A primeira foi com o colono Jacob Feltens, que ficou responsável pela mão de obra, enquanto Antônio disponibilizaria a matéria-prima e as ferramentas necessárias (Escritura de contrato de sociedade que Antonio Fialho de Vargas faz com Jacob Feltens. 1º de julho de 1881. Tabelionato de Taquari, 1º Tabelionato, Transmissões/Notas, Livro 36, p. 45. APERS). A segunda foi estabelecida com o filho, Joaquim, que ofereceu as árvores, ferramentas e o serviço, na medida em que o pai forneceu 16 contos de réis para o negócio e se encarregou de comercializar a mercadoria (Escritura de sociedade entre Antonio Fialho de Vargas e seu filho

³³ Só para dar um exemplo, os bens de João Xavier de Azambuja, sogro de Antônio Fialho de Vargas Filho, foram avaliados em sete mil libras. Inventário *post-mortem*. 1861. Inventariado: João Xavier de Azambuja. Acervo do Poder Judiciário, Comarca de Lajeado, Cartório de Órfãos e Ausentes, nº 1. APERS.

³⁴ Na segunda metade do século XIX, os códigos que organizavam a estrutura fundiária do Império eram a Lei de Terras de 1850 e o Regulamento de 1854. Nesta conjuntura, o sucesso na afirmação das propriedades estava condicionado ao estabelecimento de sólidas redes de relações sociais em torno das estruturas políticas do Império. Quem julgava os processos de legitimação era o presidente da província, beneficiando assim os indivíduos que possuíam maior proximidade e ligação com as autoridades provinciais. O processo provocou grilagens de terra por parte dos grupos de elite, em detrimento dos pequenos lavradores que também tinham direito à terra, mas que enfrentavam mais dificuldade para garanti-lo (CHRISTILLINO, 2010). Antônio Fialho de Vargas requereu o direito ou procedeu demarcação sobre terras já ocupadas mais de uma vez (GREGORY, 2019).

³⁵ Só foi possível localizar duas escrituras, mas isso não significa que Antônio não tivesse organizado outras empreitadas como essas, até mesmo através de acordos privados. Os documentos são apenas indícios de ações mais corriqueiras.

Joaquim Fialho de Vargas, 03 de novembro de 1886. Tabelionato de Estrela, 1º Tabelionato, Transmissões/Notas, Livro 14, p. 59. APERS).

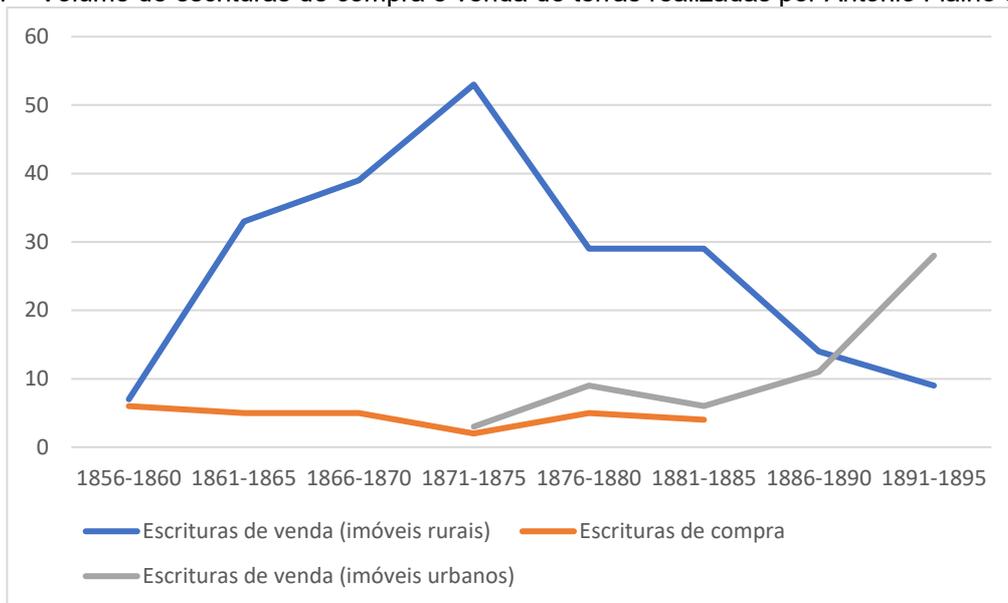
Deste modo, Antônio buscava explorar todos os recursos que suas propriedades ofereciam, seja vendendo lotes coloniais, extraíndo madeiras ou utilizando o rio Taquari para o comércio. Além do engenho de serrar, possuía um de moer cana de açúcar (Inventário *post-mortem*. 1881. Inventariado: Maria Inácia da Conceição Fialho de Vargas. Acervo do Poder Judiciário. Comarca de Taquari. Cartório de Órfãos e Ausentes, nº 329. APERS), provavelmente para a produção de aguardente³⁶ e, em sua residência, na colônia Conventos, eram realizadas diversas transações. A bibliografia indica que o local funcionava como uma casa de negócios, hotel, escola, salão de festas e cartório (SCHIERHOLT, 1992). Os próprios imigrantes iam até lá para comprar e vender terras entre si, sendo Antônio testemunha dos contratos. Ele atuava como mediador nesses negócios, indicando terras que podiam ser compradas ou vendidas, bem como apontava indivíduos que estivessem interessados em adquirir ou se desfazer de um lote. Como Antônio tinha uma boa circulação na região, tendo residido não só em Conventos, mas também na Vila de Taquari, possuindo propriedades em diversos lugares e se encontrar inserido também no âmbito político, acabava obtendo informações privilegiadas e recursos para fomentar seus negócios enquanto comerciante. Christillino (2004) indica ainda que ele foi um dos maiores prestamistas da região. Foi essa atuação variada que permitiu a Antônio ter uma grande desenvoltura no comércio de terras, como evidencia o gráfico 1.

O gráfico é resultado da seleção de 297 escrituras públicas em que o negociante aparece como comprador ou vendedor na região do Vale do Taquari³⁷. Apenas 27 documentos correspondem a compras de particulares, entretanto, Antônio também adquiriu terras devolutas durante a década de 1860 (Registro das Cartas de Compra das Terras Devolutas. Repartição Especial das Terras Públicas em Porto Alegre. Fundo Imigração, Terras e Colonização, Códices, C356. AHRs). As áreas obtidas eram grandes e aos poucos foram sendo fragmentadas para tornarem-se lotes coloniais destinados a famílias de imigrantes, como aponta o volume de vendas de imóveis rurais. Já as transferências de propriedades urbanas dizem respeito a terrenos comercializados na então Vila de Lajeado, núcleo urbano que começou a se formar em Conventos a partir da década de 1870. A amostra engloba também transações envolvendo a empresa de Antônio, Batista Fialho & Cia., tanto no período em que estava em atividade, como após a sua dissolução. Contudo, representam apenas 13% do total das vendas, evidenciando que a sociedade não teve destaque nos negócios do comerciante, embora ela tenha sido fundamental para a inserção no mercado de terras.

³⁶ Era uma importante atividade econômica do município. Correspondência da Câmara Municipal. 10 de agosto de 1854. Autoridades Municipais, Taquari, maço 277, caixa 151. AHRs.

³⁷ Na segunda metade do século XIX, a região correspondia a três municípios: Taquari, Estrela e Lajeado.

Gráfico 1 – Volume de escrituras de compra e venda de terras realizadas por Antônio Fialho de Vargas



Fonte: Escrituras em que Antônio Fialho de Vargas aparece como vendedor e comprador. Tabelionato de Taquari, 1º Tabelionato, Transmissões/Notas, Livros 2-52 (1855-1895). 2º Tabelionato, Transmissões/Notas, Livros 2-35 (1878-1895). Freguesia de Santo Amaro, Transmissões/Notas, Livros 3-18 (1855-1883). Tabelionato de Estrela, 1º Tabelionato, Transmissões/Notas, Livros 1-28 (1882-1895). 2º Distrito, Transmissões/Notas, Livros 1-9 (1882-1891). Tabelionato de Lajeado, 1º Tabelionato, Transmissões/Notas, Livros 1-21. (1891-1895). APERS.

As propriedades adquiridas pelo empresário lhe garantiram retorno financeiro ao longo dos quarenta anos em que participou da atividade. Entretanto, esse retorno só foi visível a longo prazo, pois em um primeiro momento, parecia um péssimo negócio, tendo em vista a alta inadimplência dos imigrantes pouco tempo após a fundação de Conventos. O comércio se tornou lucrativo quando as correntes de migração interna se tornaram mais intensas, ocasionando maior procura por terra. O núcleo criado pelos empresários se tornou atrativo para grupos interessados em adquirir lotes maiores, mais férteis e mais baratos do que os que possuíam colonização antiga, como São Leopoldo. Deste modo, os donos do negócio precisavam estar preparados para um amadurecimento que viria com o tempo, bem como para o tipo de pagamento realizado pelos colonos: a prazo e dificilmente em moeda corrente. Por isso, a combinação de diferentes atividades econômicas com o comércio de terras era fundamental, pois a lucratividade deste só apareceria com o passar das décadas.

Outro ponto a ser levado em consideração por aquele que quisesse atuar no setor era a própria continuidade do comércio. Era necessário ter sempre um estoque de terras disponível para a venda, na medida em que ele ia se esgotando em determinados locais. As fazendas Conventos e Carneiros, adquiridas em 1855, garantiram a comercialização de lotes e terrenos nos quarenta anos seguintes, mas começavam a dar sinais de escassez na década de 1870, com a formação de um núcleo urbano. Atento a isso, Antônio Fialho de Vargas expandia sua atuação na região comprando outras propriedades, mas, na década de 1890, o Vale do Taquari já estava repleto de colônias, sendo necessário ampliar o horizonte. E foi o que o empresário fez ao adquirir terras no município de São Luiz Gonzaga (Inventário *post-mortem*. 1895. Inventariado: Antonio Fialho de Vargas. Acervo do Poder Judiciário, Comarca de Taquari, Cartório de Órfãos e Ausentes, nº 475. APERS), localizado no planalto gaúcho. Assim, Antônio repetia a mesma estratégia de quarenta anos antes, visando obter lucros com o avanço da colonização sobre o território do Rio Grande do Sul, conduzida pelas iniciativas privada e pública e também pelos próprios colonos. Nos anos 1850, era para o Vale do Taquari, Santa Cruz, Santa Maria e Silveira Martins que o excedente populacional das colônias dos Vales dos Rios dos Sinos e Caí se dirigiam. A partir de 1890, o fluxo

se encaminharia para o planalto, atingindo General Osório, Cerro Azul, Ijuí e São Luiz Gonzaga (ROCHE, 1969).

E se Antônio voltava a executar o mesmo planejamento de meados do oitocentos, era porque ele havia tido êxito e sabia que os resultados seriam favoráveis novamente. Além disso, mesmo tendo falecido logo após comprar as terras do noroeste, os descendentes continuariam a ser beneficiados por seus investimentos. Deste modo, entende-se que o comércio de terras intensificado pela colonização europeia era um negócio seguro, devido à valorização fundiária e à grande procura por terra, mas de retorno a longo prazo, pois os colonos pagavam em prestações e levava alguns anos para que os fluxos migratórios se tornassem contínuos e atraentes. Essa condição fazia com que os empresários diversificassem as aplicações, investindo em engenhos, moinhos, comércio de madeiras e empréstimo de dinheiro, a exemplo de Antônio Fialho de Vargas.

Considerações finais

Com o objetivo de lançar novas questões ao processo de colonização privada, buscou-se realizar uma análise relacional (GRENDI, 2009) da trajetória de Antônio Fialho de Vargas. Fazendo uso de uma variedade de fontes e, sem excluir dados e relações, foi possível enxergar Antônio imerso em redes sociais capazes de promover sua inserção e manutenção no comércio de terras. Partindo dos próprios atores sociais que tinham envolvimento com Antônio, como os sócios da Batista Fialho & Cia., por exemplo, procurou-se desenvolver um estudo indutivo (BEUNZA, 2004). Sem a análise da atuação de Manoel e João Batista na capital, não conseguiríamos entender a formação da empresa de colonização e o quanto estavam imbricadas as relações familiares e econômicas.

O negócio efetuado pelos parceiros em Taquari pode não ter ocorrido da maneira como esperavam, mas observando os acontecimentos a longo prazo, percebe-se que foi uma transação acertada. Na década de 1850, período em que a emigração europeia ainda estava em fase inicial, promover o estabelecimento de uma colônia era necessário para atrair outros fluxos, que se deslocavam internamente, ou seja, a aplicação de capital efetuada pela Batista Fialho & Cia. era essencial para que ocorresse a inserção no mercado da terra. O investimento era seguro, embora fosse necessário possuir um leque variado de investimentos, que proporcionassem retornos dinâmicos, na medida em que o comércio de terras só era lucrativo a longo prazo.

Além disso, foi possível verificar que não bastava ter capital e fazer uso de estratégias econômicas para dar continuidade aos negócios. Estar amparado por uma rede social que garantisse apoio político e legitimidade nas ações era imprescindível, ainda mais em uma região com a qual não havia familiaridade. Antônio Fialho de Vargas foi um negociante que diversificava as aplicações para potencializar os rendimentos. Como trabalhava com um sistema de pagamentos a prazo e nem sempre em dinheiro, não podia depender somente de uma fonte de renda. Foi a combinação de diferentes investimentos, aliada ao estabelecimento de novas redes de relações pessoais, que fizeram com que o indivíduo garantisse sucesso econômico durante 40 anos de atuação no mercado da terra.

Fontes

Livro de Batismos nº 4 (1811-1823). Gravataí, Freguesia Nossa Senhora dos Anjos, Comarca de Porto Alegre, p. 171. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-HV9Q-L2?i=298&cc=2177295&cat=399613>. Acesso em: 20 dez. 2017.

Livro de Batismos nº 5 (1823-1832). Gravataí, Freguesia Nossa Senhora dos Anjos, Comarca de Porto Alegre, p. 50v. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-HV9S-CP?i=526&cc=2177295&cat=399613>. Acesso em: 09 ago. 2018.

Livro de Óbitos nº 6. Taquary, Paróquia São José de Taquary, p. 37v. Disponível em:

232

<https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-HK8Y-9?i=41&wc=M78N-2M3%3A371592701%2C371569002%2C371814601&cc=2177295&cat=402433>. Acesso em: 05 set. 2018.

Livro de Batismos nº 9. Taquary, Paróquia São José de Taquary.

Inventário *post-mortem*. 1866. Inventariado: Manoel Fialho de Vargas. Acervo do Poder Judiciário, Comarca de Porto Alegre, Cartório de Órfãos e Ausentes, nº 330. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS).

Inventário *post-mortem*. 1875. Inventariado: Manoel Fialho de Vargas Filho. Acervo do Poder Judiciário, Comarca de Porto Alegre, Cartório de Órfãos e Ausentes, nº 289. APERS.

Inventário *post-mortem*. 1861. Inventariado: João Xavier de Azambuja. Acervo do Poder Judiciário, Comarca de Lajeado, Cartório de Órfãos e Ausentes, nº 1. APERS.

Inventário *post-mortem*. 1881. Inventariado: Maria Inácia da Conceição Fialho de Vargas. Acervo do Poder Judiciário. Comarca de Taquari. Cartório de Órfãos e Ausentes, nº 329. APERS.

Inventário *post-mortem*. 1895. Inventariado: Antonio Fialho de Vargas. Acervo do Poder Judiciário, Comarca de Taquari, Cartório de Órfãos e Ausentes, nº 475. APERS.

Processo judicial de embargo. 1862. Suplicantes: Manoel Fialho de Vargas Filho e João Baptista Soares da Silveira e Souza. Suplicada: Associação Theatral Rio Grandense. Acervo do Poder Judiciário, Comarca de Porto Alegre, nº 2829, m. 116, e. 1. APERS.

Processo judicial de Libelo Cível do Cartório Cível e Crime de Taquari nº 2771, m. 50, e. 102, 1874. Autor: Fellippe Arend. Réu: Antonio Fialho de Vargas. APERS.

Escritura de dissolução de sociedade de Baptista, Fialho & Cia. 13/04/1863. Tabelionato de Porto Alegre. 2º Tabelionato. Transmissões/Notas, Livro 77, p. 35v. APERS.

Tabelionato de Taquari, 1º Tabelionato, Transmissões/Notas, Livros 2-52 (1855-1895). 2º Tabelionato, Transmissões/Notas, Livros 2-35 (1878-1895). Freguesia de Santo Amaro, Transmissões/Notas, Livros 3-18 (1855-1883). Tabelionato de Estrela, 1º Tabelionato, Transmissões/Notas, Livros 1-28 (1882-1895). 2º Distrito, Transmissões/Notas, Livros 1-9 (1882-1891). Tabelionato de Lajeado, 1º Tabelionato, Transmissões/Notas, Livros 1-21 (1891-1895). APERS.

TABELIONATO DE TAQUARI. Freguesia de Santo Amaro, Transmissões/Notas, Livro 09, p. 68. APERS.

BELLO, Luiz Alves Leite de Oliveira. Relatório do vice-presidente da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, Luiz Alves Leite de Oliveira Bello, na abertura da Assembléa Legislativa Provincial. 1º de outubro de 1852. Porto Alegre, Typ. Do Mercantil, p. 25. Disponível em: www-apps.crl.edu. Acesso em: 02 jan. 2019.

BUENO, José Antonio Pimenta. Relatório do presidente da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, o conselheiro José Antonio Pimenta Bueno, na abertura da Assembléa Legislativa Provincial no 1º de outubro de 1850; acompanhado do orçamento da receita e despeza para o anno de 1851. 1850. Porto Alegre: Typographia de F. Pomatelli, p. 38. Disponível em: www-apps.crl.edu. Acesso em: 02 jan. 2019.

FERRAZ, Angelo Moniz da Silva. Documentos anexos ao relatório do presidente da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, Angelo Moniz da Silva Ferraz, apresentado a Assembléa Legislativa Provincial na 1ª sessão da 8ª legislatura. 1858. Porto Alegre, Typ. do Correio do Sul, p. 102. Disponível em: www-apps.crl.edu. Acesso em: 02 jan. 2019.

FERRAZ, Angelo Moniz da Silva. Relatório com que o Exm. Sr. conselheiro Angelo Moniz da Silva Ferraz, entregou a presidência da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, ao 2º vice-presidente o Exm. Sr. commendador Patricio Corrêa da Camara, no dia 22 de abril e este ao Exm. Sr. conselheiro Joaquim Antão Fernandes Leão. 4 de maio de 1859. Typ. do Correio do Sul, Porto Alegre. Disponível em: www-apps.crl.edu. Acesso em: 02 jan. 2019.

MELLO, Francisco Ignacio Marcondes Homem de Mello. Falla dirigida á Assembléa Legislativa da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul pelo presidente, dr. Francisco Ignacio Marcondes Homem de Mello, em a segunda sessão da 12ª legislatura. 1867. Porto Alegre, Typ. do Rio-Grandense, p. 31. Disponível em: www-apps.crl.edu. Acesso em: 02 jan. 2019.

MORAES, João Pedro Carvalho de. Falla dirigida á Assembléa Legislativa da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul pelo presidente Dr. João Pedro Carvalho de Moraes em primeira sessão da 16ª legislatura. 1875. Porto Alegre, Typ. do Rio-Grandense. Disponível em: www-apps.crl.edu. Acesso em: 02 jan. 2019.

MURITIBA, Barão de. Relatório do presidente da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, barão de Muritiba, na abertura da Assembléa Legislativa Provincial. 1º de outubro de 1855. Porto Alegre, Typ. Do Mercantil, p. 26. Disponível em: www-apps.crl.edu. Acesso em: 02 jan. 2019.

SERTORIO, João. Relatório com que o excellentissimo Sr. Dr. João Sertorio, presidente d'esta província, passou a administração da mesma ao Ex. Sr. Dr. João Capistrano de Miranda e Castro, 1º vice-presidente. 20 de agosto de 1870. Porto Alegre, Typ. do Rio Grandense. Disponível em: www-apps.crl.edu. Acesso em: 02 jan. 2019.

Habilitação matrimonial. 1844. João Batista Soares da Silveira e Souza e Ana Joaquina de Jesus. Nº 32, caixa 228. Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre (AHCMPA).

CAMPANHA do Paraguay. *Almanak*, Rio de Janeiro, ano 26, p. 1324, 1869. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=313394x&pesq=jo%C3%A3o%20baptista%20soares%20da%20silveira&pasta=ano%20186>. Acesso em: 18 set. 2018.

INTERIOR, Noticias do Sul. *Correio Mercantil*, Rio de Janeiro, ano 24, n. 205, p. 2, 26 jul. 1867. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=217280&pesq=jo%C3%A3o%20baptista%20soares%20da%20silveira&pasta=ano%20186>. Acesso em: 20 set. 2018.

JACQUES, João Candido. *Carta geographica do estado federal do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, RS: Joaquim Alves Leite, 1891. 1 mapa, 70 x 80cm. Escala 1:1.545.925. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart530286/cart530286.jpg. Acesso em: 04 nov. 2018.

NOTÍCIAS do interior. *Correio Mercantil*. Rio de Janeiro, n. 73, 15 mar. 1862. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=217280&PagFis=6001&Pesq=manuel%20fialho%20de%20vargas>. Acesso em: 17 set. 2018.

Auto de Medição. 1872. Antonio Fialho de Vargas. Nº 390. Taquari. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRs).

Correspondência da Câmara Municipal. 13 de junho de 1852. Autoridades Municipais. Taquari, Maço 277, caixa 151. AHRs.

Correspondência da Câmara Municipal. 30 de novembro de 1855. Autoridades Municipais. Taquari. Maço 277A, caixa 152. AHRs.

Correspondência da Câmara Municipal. 24 de setembro de 1858. Autoridades Municipais. Taquari, maço 277A, caixa 152. AHRs.

Correspondência da Câmara Municipal. 07 de julho de 1866. Autoridades Municipais. Taquari. Maço 278, caixa 152. AHRS.

Correspondência da Câmara Municipal. 12 de junho de 1872. Autoridades Municipais. Taquari. Maço 279, caixa 150. AHRS.

Correspondência da Câmara Municipal. 13 de outubro de 1879. Autoridades Municipais. Taquari. Maço 280, caixa 150. AHRS.

Correspondência da Câmara Municipal. 10 de agosto de 1854. Autoridades Municipais, Taquari, maço 277, caixa 151. AHRS.

Colônia dos Conventos. Colônias, caixa 31, maço 57. AHRS.

Registro das Cartas de Compra das Terras Devolutas. Repartição Especial das Terras Públicas em Porto Alegre. Fundo Imigração, Terras e Colonização, Códices, C356. AHRS.

Fotocópia do contrato provisório do imigrante Johann Kaspar Richter. 1858. Arquivos Particulares. Arquivo Histórico de Lajeado.

Referências

BEUNZA, José María Imízcoz. El capital relacional. Relaciones privilegiadas y redes de influencia en el Estado español del siglo XVIII. In: BEUNZA, José María Imízcoz; KORTA, Oihane Oliveri (Eds.). *Economía doméstica y redes sociales en el Antiguo Régimen*. Madri: Sílex, 2010, p. 227-281.

BEUNZA, José María Imízcoz. Actores, redes, procesos: reflexiones para una historia más global. *Revista da Faculdade de Letras – História* 5, 2004, p. 115-140.

CHRISTILLINO, Cristiano Luís. *Estranhos em seu próprio chão: o processo de apropriações e expropriações de terras na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul (o Vale do Taquari no período de 1840-1889)*. Dissertação (Mestrado em História), São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2004.

CHRISTILLINO, Cristiano Luís. *Litígios ao sul do Império: a Lei de Terras e a consolidação política da Coroa no Rio Grande do Sul (1850-1880)*. Tese (Doutorado em História), Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2010.

DUARTE, Miguel A. de O. Um “empreiteiro de obras” açoriano em Porto Alegre. In: BARROSO, Vera Lúcia Maciel (Org.). *Açorianos no Brasil: história, memória, genealogia e historiografia*. Porto Alegre: EST, 2002, p. 358-377.

GRENDI, Edoardo. Microanálise e história social. In: OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de (Orgs.). *Exercícios de micro-história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009, p. 19-38.

LANZA, André Luiz; LAMOUNIER, Maria Lucia. A América Latina como destino dos imigrantes: Brasil e Argentina (1870-1930). *Cadernos Prolam*, vol. 14, fasc. 26, 2015, p. 90-107.

LEVI, Giovanni. 30 anos depois: repensando a Micro-História. In: VENDRAME, Maíra Ines; KARSBURG, Alexandre; MOREIRA, Paulo Roberto Staudt (Orgs.). *Ensaio de Micro-História, trajetórias e imigração*. São Leopoldo: OIKOS, 2016, p. 18-31.

NEUMANN, Rosane Marcia. *Uma Alemanha em miniatura: o projeto de imigração e colonização étnico particular da Colonizadora Meyer no noroeste do Rio Grande do Sul (1897-1932)*. Tese (Doutorado em História), Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2009.

ROCHE, Jean. *A Colonização Alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora Globo, 1969, v. 1.

SCHIERHOLT, José Alfredo. *Lajeado I*. Lajeado: Prefeitura Municipal, 1992.

SEYFERTH, Giralda. Colonização, imigração e a questão racial no Brasil. *REVISTA USP*, n. 53, 2002, p. 117-149.

ZARTH, Paulo Afonso. *Do arcaico ao moderno: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2002.

Nota de autoria

Júlia Leite Gregory é doutoranda em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos); Mestre em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos) e Licenciada em História pela Universidade do Vale do Taquari (Univates). E-mail: jlgregory@universo.univates.br.

Como citar esse artigo de acordo com as normas da revista

GREGORY, Júlia Leite. Uma história de fracasso ou sucesso? A participação de Antônio Fialho de Vargas e sua empresa no processo de colonização privada (Vale do Taquari/RS, segunda metade do século XIX). *Sæculum – Revista de História*, v. 26, n. 44, p. 220-236, 2021.

Contribuição de autoria

Não se aplica.

Financiamento

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Consentimento de uso de imagem

Não se aplica.

Aprovação de comitê de ética em pesquisa

Não se aplica.

Licença de uso

Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC-BY](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

Histórico

Recebido em 05/11/2020.

Modificações solicitadas em 07/01/2021.

Aprovado em 17/02/2021.